

RAFAEL DA SILVA NEVES DUQUE

Legislaturas: IV, V, VI, VII, VIII, IX.



Data de nascimento

- 1893-02-03.

Localidade

- Mata / Torres Novas / Santarém.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra.

Profissão

- Advogado;
- Proprietário agrícola.

Carreira profissional

- Advogou em Torres Novas, Golegã, Tomar e Santarém;
- Proprietário de uma das mais importantes casas agrícolas do concelho da Chamusca;
- Presidente do Conselho Geral do Banco Fonseca & Burnay (1967-1968);
- Fundador da Caixa de Crédito Agrícola de Torres Novas.

Perfil político-ideológico

- Candidato a deputado pelo Partido Nacionalista (1925).

Carreira político-administrativa

- Chefe de gabinete do Ministro do Trabalho, Lima Duque (1921);
- Governador Civil de Leiria (1924);
- Presidente da Câmara Municipal da Chamusca (1926-1929);
- Director da Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal;
- Ministro da Agricultura (1934-1940);
- Ministro da Economia (1940-1944);
- Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (1945-1946);
- Deputado à Assembleia Nacional (II, III e IV Legislaturas);
- Delegado do Governo junto do Banco Nacional Ultramarino (1950-1955);
- Governador do Banco de Portugal (1957-1963);
- 1958-1961 – Presidente da Corporação do Crédito e Seguros;
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
IV	1. ^a – Cereais e pecuária (<i>Assessor</i>); 2. ^a – Vinhos (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral.
V	Conselho da Presidência; 2. ^a – Vinhos (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral.
VI	Conselho da Presidência; III – Agricultura e pecuária (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>6.^a Subsecção – Finanças e economia geral</i>).
VII	Conselho da Presidência; X – Crédito e seguros (<i>1.^a Subsecção – Crédito</i>).
VIII	Conselho da Presidência; III – Lavoura (<i>Assessor</i>); X – Crédito e Seguros (<i>1.^a Subsecção – Crédito</i>).
IX	Conselho da Presidência; X – Crédito e seguros (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.^a Subsecção – Política e administração geral</i>).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 48]

IV Legislatura (1945-1949) [4]

- 35/IV – Luta contra as doenças contagiosas.
- 36/IV – Regulamento das Estradas Nacionais.
- 37/IV – Amnistia aos crimes políticos e faltas disciplinares.
- 39/IV – Tratado do Atlântico Norte.

V Legislatura (1949-1953) [22]

- 9/V – Nova rubrica na tabela das profissões liberais para efeitos de imposto.
- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951.
- 11/V – Revisão do Acto Colonial.
- 14/V – Proposta de lei de autorização da emissão dum empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1951».
- 16/V – Projecto de lei de aditamento dum artigo à Constituição Política, sobre a defesa da língua.
- 17/V – Projecto de lei de um aditamento ao artigo 109.º da Constituição, sobre a ratificação de decretos-leis.
- 18/V – Projecto de proposta de lei do condicionamento das indústrias.
- 19/V – Plantio da vinha no continente (*Relator*).
- 21/V – Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais.
- 22/V – Autorização das receitas e despesas para 1952.
- 23/V – Bases da organização da defesa nacional.
- 24/V – Protocolo adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 25/V – Estatuto do Turismo.
- 26/V – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 27/V – Organização geral da aeronáutica militar.
- 28/V – Recrutamento e serviços nas forças aéreas.
- 29/V – Atribuição de responsabilidades em casos de alcance de valores públicos.
- 30/V – Regulamentação do uso das viaturas automóveis oficiais.
- 31/V – Exercício do comércio bancário no ultramar.
- 32/V – Projecto de colonização dos terrenos da várzea do Ponsul.
- 44/V – Arborização de terrenos para fixação e conservação do solo.
- 45/V – Colonização de zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola.

VI Legislatura (1953-1957) [13]

- 1/VI – Autorização de receitas e despesas para 1954.
- 3/VI – Isenção de contribuição predial rústica.
- 9/VI – Autorização das receitas e despesas para 1955.
- 22/VI – Revisão do Plano de Fomento.
- 28/VI – Produção e comércio de conservas.
- 31 /VI – Autorização de receitas e despesas para 1956.
- 32/VI – Interpretação e extensão das isenções concedidas pela Lei n.º 2073.
- 43/VI – Projecto de colonização da Gafanha – II parte).
- 44/VI – Autorização das receitas e despesas para 1957.
- 45/VI – Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial.
- 46/VI – Delitos contra a saúde pública e a economia nacional.
- 49/VI – Regime jurídico das obras de fomento hidroagrícola.
- 56/VI – Reorganização do sistema de crédito e da estrutura bancária.

VII Legislatura (1957-1961) [3]

- 3/VII – Projecto do II Plano de Fomento (1959-1964) – METRÓPOLE – Continente e Ilhas.
- 3/VII – Projecto do II Plano de Fomento (1959-1964) METRÓPOLE – ANEXO VI – Financiamento do Plano.
- 10/VII – Alteração da Constituição Política.

VIII Legislatura (1961-1965) [1]

- 23/VIII – Orientação agrícola.

IX Legislatura (1965-1969) [5]

- 1/IX – Autorização das receitas e despesas para 1966.
- 2/IX – Preferência no provimento de lugares do ensino primário.
- 5/IX – Autorização das receitas e despesas para 1967.
- 9/IX – Projecto do III Plano de Fomento, para 1968-1973 (Continente e ilhas).
- 11/IX – Autorização das receitas e despesas para 1968.